



DECLARAÇÃO NEGATIVA DE DOAÇÃO ELEITORAL

A **Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A.**, inscrita no CNPJ n.º **42.422.253/0001-01**, por intermédio de seu representante legal o Sr. **Alan do Nascimento Santos**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º **1162741 SSP-DF** e do CPF n.º **658.950.021-53**,

DECLARA que:

Como empresa pública federal, pertencente à Administração Pública Indireta, está abrangida pela proibição imposta pelo § 10 do Art. 73 da Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/1997) para que seja evitado o uso da máquina e de recursos públicos por agentes políticos com o objetivo de alavancar candidaturas ou de correligionários nas eleições vindouras:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

A exegese da proibição de doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais, já havia sido introduzida nas Lei das Eleições, pela reforma eleitoral prevista na Lei nº. 13.165/2015, que ratificou a decisão do Supremo Tribunal Federal, na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, de declarar inconstitucionais os dispositivos legais que autorizavam esse tipo de contribuição.

Verifica-se, também, que a lei dos Partidos Políticos, foi expressa em vedar essa prática de doações por entes públicos e pessoas jurídicas de qualquer natureza, conforme infere-se in verbis:



LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de: [...]

II - entes públicos e pessoas jurídicas de qualquer natureza, ressalvadas as dotações referidas no art. 38 desta Lei e as provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha;

ALAN DO NASCIMENTO SANTOS

Diretor de Relacionamento e Negócio – DRN